

Momento histórico: papa Francisco dialóga com prefeitos

Vaticano / FNP



Seis prefeitos do Brasil participaram da reunião de governantes locais com o papa Francisco, em Roma. Nos dias 21 e 22 de julho, o Vaticano convidou 60 governantes locais, de 29 países, para debater agenda sócio-ambiental. A delegação brasileira foi a terceira em número de participantes. **Págs. 8 a 14**

Marcio Lacerda se reúne com Fóruns de Secretários municipais

Dezoito presidentes e representantes dos Fóruns e Redes nacionais falaram sobre as pautas prioritárias de cada área, na sede da FNP, em Brasília. **Págs. 6 e 7**

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil tem novo prazo

Medida Provisória adia a entrada em vigor da lei e estabelece regras sobre parcerias voluntárias entre organizações da sociedade civil e a administração pública. **Pág. 5**

68ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos terá novo formato

Próximo encontro de prefeitos já tem programação preliminar e terá lançamento do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável. **Pág. 3**

RESERVE
SUA
AGENDA



68ª Reunião Geral da FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS
Belo Horizonte - 1º a 3 de outubro de 2015

EDITORIAL

Papa municipalista

Trazer às discussões das questões climáticas, da escravidão moderna e do desenvolvimento sustentável, a opinião de 60 prefeitos de 29 países demonstra o alinhamento do papa Francisco com a mudança de paradigmas para as soluções dos problemas globais. Diante da ineficiência dos governos centrais em oferecer respostas efetivas e urgentes para essas questões, o convite do Vaticano reafirma que é nas cidades que o enfrentamento pode ser feito de forma mais concreta.

Com a iniciativa do Papa, o momento histórico internacional, reforça o protagonismo local e coloca ainda mais responsabilidades para prefeitos e prefeitas do mundo todo. Os encontros dos dias 21 e 22 de julho foram, independentemente de crenças ou convicções ideológicas, oportunidades de promover a construção de diretrizes concretas para a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21), que será realizada em dezembro, em Paris.

Atendendo a esse chamado, seis prefeitos brasileiros participaram das reuniões e reafirmaram o compromisso de atuar no enfrentamento das mudanças climáticas e na busca de melhores condições de vida para todos, especialmente os mais pobres. Esses desafios também são foco dos debates do maior evento sobre sustentabilidade urbana do Brasil, o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, promovido pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) que reúne governantes, parlamentares, gestores, acadêmicos e estudantes.

Essa postura municipalista do Papa evidencia uma mudança de visão sobre o papel das cidades na qualidade de vida e no enfrentamento de questões que antes ficavam restritas às searas das nações. É flagrante o momento de empoderamento dos governos locais e esse movimento, promovido pela liderança mundial que o papa Francisco representa, marca ainda mais essa mudança.

Atuando em redes, os prefeitos brasileiros estão prontos a ajudar e assumir esse novo papel no enfrentamento e superação da escravidão moderna, da extrema pobreza, das mudanças climáticas e dos desafios para a construção de cidades melhores e mais sustentáveis. E tudo isso representa uma mudança na concepção da forma de viver em sociedade.

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). 1º Vice-presidente Nacional: Fernando Haddad (prefeito de São Paulo - SP). 2º Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente de Relações Internacionais: Luciano Rezende (prefeito de Vitória - ES). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Vice-presidente assuntos das Regiões Metropolitanas: Jonas Donizette (prefeito de Campinas - SP). Vice-pres. para assuntos das Cidades Inteligentes: Geraldo Júlio (prefeito de Recife - PE). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). 1º Secretário: Arthur Virgílio (prefeito de Manaus - AM). 2º Secretário ACM Neto (prefeito de Salvador - BA). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Any Amelia Amâncio, Bruna Lima, Ingrid Freitas, Lívia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira e Phillipe Cedro. Tratamento de Imagens: Victor Lucas. Tiragem: 15 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 - CEP: 70340-910 - Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 3/8/2015.

Sala do Empreendedor é destaque em Maringá

A prefeitura de Maringá (PR), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), inaugurou este ano a Sala do Empreendedor, um local de simplificação dos processos de abertura, baixa e funcionamento das empresas. Instalada junto à entrada do Paço Municipal, a sala é o local onde os empresários podem obter informações e solucionar problemas relativos aos processos.

O espaço concentra os órgãos municipais, estaduais e federais envolvidos nos diferentes procedimentos e estágios de atendimento empresarial, oferecendo serviços que vão do início

ao fim dos processos, abrangendo o registro, baixa e alterações de inscrições municipais e estaduais, e os serviços prestados pelos setores de fazenda, fiscalização de tributos, posturas, meio ambiente, vigilância sanitária e obras.

A Sala do Empreendedor de Maringá recebeu, durante o Encontro Estadual dos Agentes de Desenvolvimento, promovido pelo Sebrae, o prêmio de Sala Destaque da região Noroeste.

O prefeito Roberto Pupin, que é vice-presidente de Aviação Regional da FNP, ressalta que o espaço é referência para outros municípios devido aos indicadores de excelência que tem obtido. “Nossa Sala tem apenas sete

meses de funcionamento e já está recebendo prêmios e comitivas de prefeituras de regiões de todo o Brasil, o que significa que contamos com uma boa equipe e realizamos um bom atendimento ao público. Desde a inauguração, já atendemos três mil microempreendedores individuais (MEI) e estamos trabalhando para a formalização dos demais MEIs. Vamos continuar trabalhando e buscando novas ideias que beneficiem a população”.

A Sala atende cerca de 70 pessoas por dia que buscam informações variadas sobre o empreendedorismo ■

*A indicação da Boa Prática é feita pela prefeitura



AGENDA

Data	Evento	Local	Informações
6 a 8 de agosto	31º Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS	Brasília - DF	www.congresso.conasems.org.br
12 e 13 de agosto	119ª Reunião Ordinária do Conama	Brasília - DF	www.mma.gov.br/port/conama
13 a 15 de agosto	III Colóquio Sul-Americanos sobre cidades metropolitanas (MSUR)	Quito - Equador	www.capital.sp.gov.br/portal
13 de agosto	Seminário - A Universidade e a Cidade Internacional	Brasília - DF	www.internacional.df.gov.br
20 de agosto	I Fórum Baiano de Atração de Investimentos Internacionais - UPB - União das Prefeituras da Bahia	Salvador - BA	www.upb.org.br
1º de setembro	10º Ciclo Prêmio ANTP de Qualidade/2015	São Paulo - SP	www.antp.org.br
4 a 7 de setembro	14º Encontro Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas	São Paulo - SP	www.eneap2015.com.br
10 e 11 de setembro	Congresso Internacional Cidades & Transportes	Rio de Janeiro - RJ	www.embarqbrasil.org
9 e 10 de setembro	Encontro Regional de Municípios/Edição Sul	Curitiba - PR	www.abm.org.br
8 a 11 de setembro	21ª Semana de Tecnologia Metroferroviária	São Paulo - SP	www.anprtilhos.org.br
25 a 28 de setembro	Assembléia Geral da ONU	Nova Iorque - EUA	www.nacoesunidas.org
28 e 29 de setembro	IV Colóquio Sul-Americanos sobre cidades metropolitanas (MSUR)	Montevideu - Uruguai	www.capital.sp.gov.br/portal
1 a 3 de outubro	68ª Reunião Geral da FNP	Belo Horizonte - MG	www.fnp.org.br
13 a 16 de outubro	III Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local	Turim - Itália	www.ledforumtorino2015.org
3 a 6 de novembro	5º Conferência Nacional de Segurança Alimentar (Sisan)	Brasília - DF	www.mds.gov.br
9 a 11 de novembro	20º Cúpula de Mercocidades	São Paulo - SP	www.mercociudades.org
12 e 13 de novembro	IX Foro Iberoamericano de Gobiernos Locales	Cidade do México - México	www.9forogoblocales.mx
17 a 19 de novembro	Smart City World Congress	Barcelona - Espanha	www.smartcityexpo.com
17 a 19 de novembro	BCN Rail	Barcelona - Espanha	www.bcnrail.com
30 de novembro a 11 de dezembro	21ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas - COP 21	Paris - França	www.cop21.gouv.fr

68ª Reunião Geral da FNP será em Belo Horizonte

Marcus Desimoni / Divulgação



Capital mineira receberá prefeitos de todo o Brasil

Com uma nova proposta, a próxima Reunião Geral da FNP já tem uma programação preliminar. Realizado semestralmente pela entidade, o evento, que é dedicado aos interesses municipalistas, terá sua 68ª edição sediada por Belo Horizonte (MG), entre os dias 1º e 3 de outubro.

Divididos entre os dias 1º e 2, temas como o subfinanciamento

da saúde, planejamento urbano e judicialização das políticas públicas nortearão os debates. Agendas internacionais, como a Terceira Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Moradia (ONU - Habitat III) e a 21ª Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP 21), também serão abordadas. Reuniões de fóruns, redes de secretários e dirigentes municipais continuam

fazendo parte da programação do evento.

Lançamento do IV EMDS

Durante a 68ª Reunião Geral, a FNP e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) lançarão a próxima edição do Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS), no dia 2 de outubro. O IV EMDS será realizado em abril de 2017, em Brasília (DF) ■

Plenária deliberativa

Muito mais do que um momento para troca de experiências, o novo modelo da Plenária de Prefeitos apresenta um enfoque deliberativo. Dispostos em mesa com formato oval ou em "U", os prefeitos terão a oportunidade de ajustarem, de forma colegiada, as pautas da FNP. A atividade ocorrerá no sábado, 3 de outubro.

Os assuntos abordados na plenária serão:

- Pautas Prioritárias (agendas/temas já validados pelos prefeitos da FNP, que registram o posicionamento da entidade)
- Temas em Discussão (sugestões de temas eleitos pela Diretoria Executiva da FNP)
- Pauta Institucional (itens administrativos da entidade que demandam decisão dos prefeitos)
- Calendário Municipalista (datas e eventos nacionais e internacionais relevantes para a FNP e para os prefeitos)

Nesta edição, a pauta prioritária será composta pelos 19 itens elencados em carta entregue pelos prefeitos aos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no dia 17 de junho.



68ª Reunião Geral da FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS

Belo Horizonte - 1º a 3 de outubro de 2015

Programação preliminar

1º de outubro – quinta-feira

9h às 18h*

O Planejamento Urbano e a Habitat III (Mesas de debate sendo construídas em parceria com a ONU Habitat)

*Em paralelo ocorrerão reuniões de fóruns/redes de secretários/dirigentes municipais.

2 de outubro – sexta-feira

Mesas de debates:

9h – 10h30

Mesa 1: O encontro internacional de prefeitos, a convite do Papa Francisco, e a COP 21

10h45 – 12h15

Mesa 2: A modernização da Lei 8.666/93: desburocratizar e agilizar investimentos nos municípios

12h30 - Brunch

14h – 15h30

Mesa 3: A judicialização das políticas públicas e seus impactos nos municípios: o papel dos órgãos de controle e do judiciário

15h45 – 17h30

Mesa 4: A saúde pública e a repactuação federativa: redefinir responsabilidades e enfrentar o subfinanciamento

*9h às 17h30

Em paralelo ocorrerão reuniões de fóruns/redes de secretários/dirigentes municipais.

19h - Cerimônia oficial:

Lançamento do IV EMDS - Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, em abril de 2017

Atividade Cultural

3 de outubro - SÁBADO

1ª Plenária Deliberativa de Prefeitos

9h – Abertura e apresentação da Ordem do Dia

9h15 às 17h* - Ordem do Dia:

1. Pautas Prioritárias (19 pautas entregues no Congresso Nacional no dia 17 de junho)
2. Temas em Discussão (Sugestões de Temas enviadas e selecionadas previamente)
3. Pauta Institucional
4. Informes sobre o Calendário Municipalista Nacional e Internacional

17h às 17h30 - Considerações Finais

*Brunch das 12h30 às 13h30

No Congresso

Despesas sem custeio em debate na câmara

Depois de instalada a Comissão Especial que tratará da proibição de instituição novos encargos sem a previsão de recursos necessários ao seu custeio, PEC 172/2012, neste segundo semestre a comissão deve definir o roteiro dos trabalhos e realizar audiências públicas.

Lupércio Mundim / Divulgação



IPTU e consórcios públicos estão na pauta prioritária

No Senado Federal, a Comissão Especial do Aprimoramento do Pacto Federativo colocou como prioridade temas importantes para a pauta municipalista. Deverão ser votados nas próximas sessões o PLS 277/2014, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) para obrigar as prefeituras a fazer a revisão e a atualização monetária do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial (IPTU), e outros três projetos de leis que tratam sobre Consórcios Públicos.

O PLS 196/2014, que acrescenta artigo 14 a Lei nº 11.107, em que limita as exigências de regularidade dos consórcios em contratos com a União sem estendê-las aos entes públicos que o compõem; o PLS 302/2015 que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e prevê a contratação de pessoal por regime celetista; e o PLS 303/2015, que altera o Decreto Lei 6.017 de 17 de janeiro de 2007, e estabelece que a celebração do convênio para a transferência de recursos da União esteja condicionada a que cada um dos entes consorciados atenda às exigências legais aplicáveis apenas na regularidade do consórcio ao Cadastro Único de Convênio.

Fundos de Participação e desoneração de transportes nas próximas sessões

A PEC 61/2015, que trata das Emendas Parlamentares para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Participação dos Estados (FPE), tem prioridade na votação. A matéria está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e deverá ser deliberada nas próximas sessões.

Já a não oneração do setor do transporte público tramita em caráter de urgência e tem 45 dias para ser deliberado. O PL 863/2015 (PLC 57/2015 no Senado), votado na Câmara dos Deputados, prevê a alíquota do setor de transporte coletivo urbano em 3% e agora aguarda a votação do Senado.

Para aumento de alíquota da CSLL, FNP propõe investimento na saúde

Livia Palmieri / FNP



Depois de passar na comissão mista, texto segue para os plenários da Câmara e do Senado

Diante da Medida Provisória (MP) 675/2015, que aumenta a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) dos bancos e demais instituições financeiras, a FNP sugere que a fatia extra da receita seja aplicada nas ações e serviços públicos de saúde, nos municípios. Essa proposta foi apresentada durante audiência pública, no dia 7 de julho, no Senado Federal.

Representando a FNP, o secretário executivo da entidade, Gilberto Perre, explicou que a contribuição da entidade, por meio de incisos no artigo, é no sentido de tentar atender ao subfinanciamento da saúde. “Em 2002, os prefeitos brasileiros aplicavam, em média, 16,5% da receita em saúde. Em 2013, esse valor foi para 22,1%. O crescimento da aplicação de saúde em relação a sua receita é

permanente”, falou.

“Escolheu-se um setor que tem historicamente uma situação mais favorecida em relação a outros setores, adequando a capacidade contributiva do setor às necessidades da arrecadação e deixando o setor com capacidade contributiva mais adequada comparada a outros setores”, justificou a coordenadora de Tributos sobre a Renda e o Patrimônio da Receita Federal do Brasil, do ministério da Fazenda, Cláudia Lúcia Pimentel Martins da Silva, que representou o ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Medida Provisória 675/2015

Parte do ajuste fiscal proposto pelo governo federal, a MP aumentada de 15% para 20% a alíquota da CSLL de instituições financeiras.

Conforme o texto da emenda nº 156, apresentada pelo deputado Domingos Sávio, presidente da Comissão Mista, desses 5%, a União deverá transferir 21,5% para os Estados e 23,5% para os municípios.

Caso aprovada, a MP aumentará a arrecadação em, aproximadamente, R\$ 995,6 milhões para o ano de 2015; R\$ 3,8 bilhões para 2016 e R\$ 4,1 bilhões para 2017, de acordo com dados do Ministério da Fazenda.

Após votado na Comissão Mista, o texto, que altera a lei que instituiu a CSLL (Lei 7.689/88), segue para votação nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. Segundo a senadora Gleisi Hoffmann, relatora da MP, na primeira semana de agosto deve ocorrer uma sessão para apresentar relatório produzido pela comissão mista ■

Deputado Helder Salomão visita a FNP e reafirma defesa das causas municipalistas

O deputado federal pelo Espírito Santo, Helder Salomão, esteve reunido com o secretário executivo da FNP, Gilberto Perre, no dia 14 de julho, em Brasília (DF), e colocou-se à disposição da entidade para levar ao Congresso Nacional as pautas municipalistas. “Fui prefeito durante oito anos e membro da diretoria da FNP, por isso acho muito importante essa integração entre a entidade e o Parlamento brasileiro, afinal é na Câmara Federal que nós discutimos todas as questões que dizem respeito aos municípios brasileiros”, destacou.

Helder Salomão elencou ainda



Deputado foi dirigente da FNP

outros pontos debatidos na reunião. “Vamos discutir temas como o Pacto Federativo, a Judicialização da Política, a nova proposta

de alteração da Lei de Licitações, Supersimples e também as dívidas dos municípios com a União”, completou o deputado ■

Governo prorroga para 2016 a entrada em vigor do Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil

Medida Provisória (MP) 684/15, editada pela presidente Dilma Rousseff e publicada dia 22 de julho, adia para janeiro de 2016 a entrada em vigor da lei que cria o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014) e estabelece regras sobre parcerias voluntárias entre organizações da sociedade civil e a administração pública no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A nova legislação deveria, inicialmente, ter entrado em vigor em outubro do ano passado.

A prorrogação atende as reivindicações da FNP e de outras entidades municipalistas, além de órgãos e entidades públicas e representantes da sociedade civil. As manifestações pela extensão do prazo foram justifi-

cadas pela necessidade de assegurar tempo hábil para o amplo conhecimento das novas regras, além de garantir preparação para gestão das parcerias.

O assunto foi tema discutido no III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), durante a reunião “Novo Portal das Transferências Voluntárias do Governo Federal e Nova Relação de Parcerias com o Estado: Fomento e Colaboração - Lei nº 13.019/2014”, articulado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Na ocasião, a pasta lançou novo Portal das Transferências Voluntárias da União (Siconv).

Ainda no encontro, a assessora especial da Secretaria-Geral da



Presidência da República, Laís de Figueiredo Lopes, apresentou a Lei 13.019/2014 e tirou dúvidas sobre a nova legislação.

Marco regulatório

O novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil estabelece um conjunto de regras próprias para as parcerias realizadas entre o Poder Público e

as organizações, reconhecendo a especificidade das entidades privadas sem fins lucrativos.

Segundo texto da Lei 13.019/2014, que cria o marco regulatório, para dar mais transparência e segurança às parcerias firmadas com organizações civis, o governo terá que fazer chamamento público, uma espécie de edital de concorrência, para selecionar

organizações parceiras. As ONGs terão que cumprir uma série de requisitos para fazer parcerias com os governos, como existir há, no mínimo, três anos e ter capacidade técnica e operacional para desenvolver as atividades propostas. Termos de colaboração e fomento em substituição aos convênios também estão entre as medidas estabelecidas pela Lei ■

Curitiba regulamentava atividades de food trucks

Os food trucks, temática discutida em abril deste ano, durante o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), já podem ocupar e operar nos espaços urbanos em Curitiba (PR). A regulamentação se deu com decreto assinado, dia 8 de julho, pelo prefeito Gustavo Fruet, vice-presidente da FNP de Urbanismo e Licenciamento.

O decreto foi elaborado após ampla discussão com representantes de associações do setor. Dentre as regras definidas pelo documento estão detalhes para o licenciamento, o tempo de autorização, limitação de locais e também a proibição de venda de bebidas e tabacos, bem como a colocação de mesas e cadeiras ao redor do caminhão de venda de comida.

Para o secretário do Urbanismo de Curitiba, Reginaldo Cordeiro, a regulamentação da atividade dos food trucks em Curitiba vem ao encontro dos novos hábitos da população. “O município apoia e incentiva a ocupação das ruas, praças e parques, desde que de forma ordenada, pela população da cidade, o que é muito saudável e benéfico”, disse.

Ele informou ainda que a disciplina, organização e cuidados com a qualidade e a higiene dos alimentos que serão comercializados nos veículos serão as premissas básicas cobradas do setor com a regulamentação da atividade.

Food trucks em Curitiba

De acordo com dados da Associação Paranaense de Food Trucks (APFT), há 30 veículos prontos para começar a atuar em Curitiba e outros 20 em fase de elaboração. “Um grande passo foi dado em Curitiba com a regulamentação”, disse o presidente da Associação, Murilo Bizinelli.

Tendência mundial do mercado gastronômico, os food trucks que irão operar em Curitiba precisarão passar por uma concorrência para atuar em locais públicos. A participação dos veículos em eventos particulares seguirá uma regulamentação específica.

O licenciamento dos food trucks será autorizado por uma comissão formada por integrantes das secretarias municipais do Urbanismo, Abastecimento, Turismo, Finanças, Meio Ambiente, Trânsito e Saúde (Vigilância Sanitária). A autorização será



Praça de alimentação do III EMDS teve food trucks

expedida pela Secretaria Municipal do Urbanismo, com prazo de validade de um ano, podendo ser renovada por igual período.

O comércio só poderá ser desenvolvido por pessoa jurídica, estabelecida regularmente em Curitiba. Os locais de estacionamento irão obedecer a um sistema de rodízio, de acordo com lotes previamente estipulados pelo edital de concorrência, obedecendo às regras previstas no Código Brasileiro de Trânsito.

O edital de concorrência irá especificar os locais de venda e em quantos cada caminhão vai poder ocupar durante a semana.

III EMDS

No dia 9 de abril, o Seminário Brasil Mais Simples, realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), durante o III EMDS, promoveu um debate sobre os food trucks, por meio do painel “Novos desafios para a regula-

mentação e funcionamento de empresas sem estabelecimento”.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Food Trucks (ABFT), Bruno Cajado, o tema é muito relevante para o modelo de sociedade que existe hoje em dia. “O nosso objetivo é, em um curto espaço de tempo, chegar ao entendimento no que diz respeito à ocupação da área pública para esse novo modelo de negócio, que está crescendo muito”, concluiu ■

Representantes de Fóruns apresentam pautas prioritárias

Edgar Marra / FNP



Dezoito instituições participaram da reunião na sede da FNP

O presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, recebeu, no dia 15 de julho, na sede da entidade, em Brasília (DF), 18 presidentes e representantes dos Fóruns Nacionais de Secretários Municipais. A intenção da reunião foi ouvir dos representantes pontos prioritários de suas áreas para a construção de uma pauta de debates

entre os prefeitos na próxima Reunião Geral da FNP, que acontecerá de 1 a 3 de outubro, na capital mineira.

Segundo o presidente da FNP, com essa reunião, a entidade pretende estreitar os laços entre a entidade e os fóruns. “Queremos com isso dar uma organizada nas agendas comuns de discussão para que em Belo Horizonte os prefeitos tenham clareza

das reivindicações de cada fórum constituído”, frisou.

Lacerda ressaltou a importância dos Fóruns para FNP. “Desde o primeiro momento, na primeira reunião que fizemos após a eleição da nova diretoria, no III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), eu disse que nós precisávamos, como FNP, nos apoiar-

mos e darmos um protagonismo mais objetivo aos colegiados e aos Fóruns de Secretários Municipais que abrangem todos os temas possíveis. Os Fóruns fazem um belíssimo trabalho e esse trabalho pode alavancar mais ações da Frente como instituição de prefeitos”, disse.

O presidente da FNP disse ao final que a reunião serviu para dar uma organizada maior entre os interesses da FNP e dos Fóruns e “faz com que prefeitos que sejam responsáveis por áreas temáticas, que tenham tempo e disposição necessárias, se aproximem mais dos Fóruns”.

Participaram da reunião a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); Associação Brasileira das Secretárias de Finanças das Capitais (ABRASF); Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma); Secretários de Meio Ambiente das capitais brasileiras (CB27); Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Regiões

Metropolitanas; Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS); Rede Brasileira de Orçamento Participativo (OP); Fórum dos Gestores Municipais de Políticas Públicas de Juventude; Fórum Nacional de Secretários Municipais de Licenciamento Urbano; Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Transito (FNNTT); Fórum de Desenvolvimento Econômico; Fórum Nacional das Secretarias Municipais de Trabalho (FONSEMT); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UN-DIME); Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS); Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública Segurança; Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e o Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Relações Internacionais (FONARI) ■

Fortalecer as políticas nacionais de economia solidária com a aprovação do Projeto de Lei nº 4685/2012, regulamentar e implementar o Plano Nacional de Economia Solidária aprovado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária e definir fonte de recursos públicos para financiamento de políticas públicas de economia solidária são as nossas principais pautas.

Tatiana Reis

Representante da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária



Destaco a participação do Fórum em eventos como a Campus Party (São Paulo e Recife) e a importância da criação da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas e da montagem de um plano para captação de recursos da União Europeia para investimentos e capacitação na área de ciência e tecnologia.

Fabrício Ribeiro

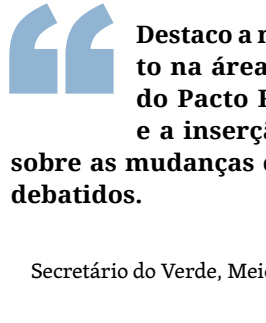
Secretário de Ciência e Tecnologia de Anápolis (GO)
Vice-presidente Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Ciência e Tecnologia



É necessário que os gestores se mobilizem para a elaboração dos planos municipais de Saneamento Básico, pois entendemos que o prazo não será estendido.

Aparecido Hojaij

Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaboticabal (SP)
Presidente da Regional São Paulo da ASSEMAE



Destaco a necessidade de mais financiamento na área de meio ambiente, a discussão do Pacto Federativo na gestão ambiental e a inserção dos municípios na discussão sobre as mudanças climáticas como pontos a serem debatidos.

Rogério Menezes

Secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas (SP)
Presidente Anamma



Estamos institucionalizando o Fórum, vamos tratar de ter uma diretoria mais representativa, e estamos nos preparando para o encontro do segundo semestre, em Belo Horizonte, para levarmos uma proposta para os demais membros.

Paula Motta Lara

Secretária municipal de Licenciamento de São Paulo
Dirigente do Fórum Nacional de Secretários Municipais de Licenciamento Urbano



Nós procuramos fazer um trabalho integrado com inúmeras outras redes, seja a Anamma, a Fundação Konrad Adenauer, Iclei, CDP, WRI, WWF e muitas outras entidades, que participam desse esforço conjunto pela sustentabilidade.

Délio Malheiros

Vice-prefeito e secretário do Meio Ambiente de Belo Horizonte (MG),
Coordenador-geral do CB27

“As nossas três bandeiras são: diálogo federativo, em prol do desenvolvimento social; incentivo a políticas de fomento às Micro e Pequenas Empresas e incluir o desenvolvimento econômico na agenda prioritária do município.

Giovanni Rocco

Representante do Fórum de Desenvolvimento Econômico



“A parceria com a FNP é um anseio até porque política de juventude é uma política muito nova no Brasil, vem dos últimos 13, 14 anos e que virou uma secretaria dentro da Presidência da República, então é uma agenda que poucos municípios têm.

Camila Cardozo

Representante do Fórum dos Gestores Municipais de Políticas Públicas de Juventude



“Precisamos equilibrar e articular melhor os recursos entre os entes federados. Hoje nós temos um problema, as estatais do governo federal não têm critérios estabelecidos para distribuição de recursos. Por exemplo, na região Norte do Brasil, os recursos da Lei Rouanet são ínfimos.

Leônidas José de Oliveira

Presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte (MG)
Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas

“O objetivo da Rede é reconhecer as experiências inovadoras e criativas de democracia participativa nos governos locais e na sociedade civil, que proporcionem mais igualdade entre os atores na sociedade, promovendo a cidadania, a inclusão social e a participação cidadã.

Célio Piovesan

Secretário adjunto de Governança de Canoas (RS)
Secretário executivo da Rede Brasileira de Orçamento Participativo (OP)



“Gostaríamos que o Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública fosse um braço da Frente Nacional de Prefeitos, para que se fortaleçam as políticas de segurança pública neste país.

Manoel Marcio Alencar Sampaio

Sec. Mun. de Segurança Cidadão e Defesa Civil de Paulista (PE)
Presidente do Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública



“Temos no Pacto Federativo na área da saúde uma situação muito perversa, porque a Constituição de 1988 deu muita atribuição aos municípios e não conseguiu definir exatamente qual era o campo de atuação de cada ente federado. Hoje, há uma situação muito complicada do ponto de vista de financiamento.

José Fernando Casquel Monti

Secretário Municipal de Saúde de Bauru (SP)
Presidente do CONASEMS



“Não é simplesmente debater a questão trabalho, o mundo do trabalho envolve trabalho, emprego e renda, economia solidária, Micro e Pequenas Empresas, Micro Empreendedor Individual, mas também isso como uma disputa de modelo de desenvolvimento. Para nós a questão do trabalho e renda tem que estar na centralidade desse modelo de desenvolvimento como política pública fundamental.”

Arthur Henrique Santos

Secretário municipal do Trabalho de São Paulo (SP)
Presidente do FONSEMT

“Uma das temáticas fundamentais é a criação de um marco regulatório efetivo para o transporte coletivo urbano. Queremos a criação da autoridade de transporte público municipal; a solução institucional de secretarias, autarquias, empresas mistas ou públicas, agências municipais e outras, queremos a participação social, metas e acompanhamentos do serviço adequado e inovações e sustentabilidade.

Roberto Gregório da Silva Júnior

Secretário de Urbanização de Curitiba (PR)
Representante do FNTT



“Gostaríamos de mencionar a importância da aprovação do projeto de lei que prevê a atualização da base de cálculo do IPTU, expressa na chamada Planta Genérica de Valores”, no início de cada mandato municipal, como regra de responsabilidade.

Marco Aurélio Cardoso

Secretário municipal da Fazenda do Rio de Janeiro (RJ)
Presidente da ABRASF



“Gostaria de frisar a realização da 20ª Cúpula da Mercocidades, nos dias 9, 10 e 11 de novembro, em São Paulo, e convido a todos a participarem do 3º Colóquio Sul-Americano sobre Cidades Metropolitanas (MSUR), que ocorrerá dias 13 e 14 de agosto, em Quito, no Equador. O 4º Colóquio MSUR acontece nos dias 28 e 29 de setembro, em Montevidéu, Uruguai.

Beatriz Leandro

Representante do FONARI



“Nós estamos enfrentando um conjunto de desafios, especialmente no âmbito do financiamento das políticas de educação. O que nos preocupa é a redução de receitas próprias e de transferências; o aumento contínuo das despesas sobretudo dos gastos com pessoas; saturação do modelo do Fundeb e o colapso no financiamento da educação pública municipal.

André Lemes

Secretário municipal de Educação de Rio Grande (RS)
Representante da UNDIME

“Precisamos garantir a implementação de um Sistema Público não contributivo, universal de prestação de serviços, benefícios e transferência de renda, que alcance o conjunto da população brasileira na sua diversidade sócio-territorial. Um grande desafio que enfrentamos na atualidade são as desigualdades regionais e as situações de fronteira.

Vanda Celmo

Representante CONGEMAS



Repercussão na Mídia

Papa convida prefeitos para debater urgências sociais e ambientais

Protagonistas de um momento em que o desenvolvimento sustentável dialoga com a agenda social, prefeitos de todas as partes do mundo participaram de reunião, em Roma (Itália), a convite do papa Francisco. Nos dias 21 e 22 de julho, o Vaticano abriu suas portas, e o debate, para 60 governantes locais, de 29 países, entre eles seis prefeitos brasileiros.

Desafios comuns, intensificados pelas urgências sociais e ambientais vivenciadas pelos municípios, nortearam os dois dias de programação, caracterizada pelo cunho não religioso e inclusivo. “Não podemos separar o cuidado do meio ambiente do cuidado com a humanidade. O cuidado com o meio ambiente é um ato social”, alertou o papa Francisco.

Configurando como a terceira maior delegação de prefeitos nesta agenda, o Brasil esteve representado pelos prefeitos de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP; de São Paulo (SP), Fernando Haddad, vice-presidente; de Salvador (BA), ACM Neto, 2º secretário; de Curitiba (PR), Gustavo Fruet, vice-presidente de Urbanismo e Licenciamento; de Porto Alegre (RS), José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais e de Goiânia

(GO), Paulo Garcia, vice-presidente estadual. Além dos prefeitos, o assessor especial do Rio de Janeiro (RJ), Rodrigo Rosa, participou da agenda internacional, representando o prefeito do Rio de Janeiro (RJ), Eduardo Paes, que também é presidente do C40 (Cities Climate Leadership Group).

Acompanharam os prefeitos brasileiros, a vice-prefeita de Salvador, Célia Sacramento; os secretários municipais de São Paulo, Gabriel Benedito Issaac Chalita (Educação), Vicente Trevas (Relações Internacionais e Federativas) e Nunzio Briguglio (Comunicação); o secretário executivo do Rio de Janeiro, Pedro Paulo Carvalho Teixeira (Coordenação de Governo); a secretária adjunta de Belo Horizonte Stephania Aleixo (Relações Internacionais), o chefe de gabinete de Salvador, João Roma; a presidente da Fundação de Ação Social de Curitiba, Marcia Fruet; a deputada estadual Regina Becker (RS); o presidente da Câmara de Vereadores de Goiânia, Anselmo Pereira da Silva Sobrinho e o secretário municipal de Goiânia Jeovalter Correia Santos (Finanças).

Escravidão Moderna e Mudanças Climáticas: o Compromisso das Cidades

Realizado no dia 21 de julho, o

workshop “Escravidão Moderna e Mudanças Climáticas: o Compromisso das Cidades” foi construído com apresentações de prefeitos e outras autoridades, que deram o tom de consciência a respeito das emergências globais. Escravidão moderna (incluindo tráfico de pessoas e de órgãos humanos), consequências das mudanças climáticas, mobilidade urbana e outras demandas municipalistas e sociais fizeram parte dos discursos.

Na oportunidade, o papa Francisco falou sobre o desenvolvimento das cidades e os flagelos causados por esse crescimento, como a ocupação das áreas periféricas pela população mais vulnerável. “O homem abandonou o campo na busca de dias melhores nas cidades e os subúrbios das metrópoles cresceram rapidamente. Os países podem fazer discursos na Organização das Nações Unidas (ONU), mas são as cidades que representam as periferias”, enfatizou.

O prefeito Marcio Lacerda falou sobre a importância de o Papa abrir espaço de discussão para autoridades locais, como atores essenciais deste processo de construção da nova etapa do desenvolvimento mundial. “Nós, prefeitos brasileiros, reconhecemos a urgência de atender as necessidades dos mais pobres e empreendemos esforços para que os excluídos possam superar



a situação de vulnerabilidade social e econômica”, completou.

Segundo Haddad, nenhum prefeito é capaz de resolver o problema relacionado à agenda ambiental sozinho. “Todos são envolvidos na questão da sustentabilidade sob vários aspectos entre eles a mobilidade urbana”, falou o prefeito de São Paulo.

Rosa destacou o envolvimento de atores para induzir mudanças positivas no que diz respeito aos desafios urbanos. “O mundo moderno e nossa sociedade ficaram obcecados pelo crescimento. Temos envenenado o ambiente urbano e nossos erros têm sido agravados pelos efeitos das mudanças climáticas”, disse o assessor especial do Rio de Janeiro.

Como resultado da audiência, os prefeitos assinaram um documento se comprometendo em dar atenção ao enfrentamento dos desafios das mudanças climáticas induzidas pelo homem, da pobreza extrema e da exclusão social, incluindo o tráfico de pessoas, no contexto do desenvolvimento sustentável.



Seis prefeitos brasileiros participaram das reuniões a convite do Papa

Solange Souza/FNP





Escravidão moderna, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável foram temas dos encontros

Cidades e o Desenvolvimento Sustentável

Dando continuidade aos debates propostos pelo Vaticano, a comitiva de prefeitos participou no dia 22 de julho do simpósio “Cidades e o Desenvolvimento Sustentável”, que contou com uma introdução do economista estadunidense Jeffrey Sachs. Dividido em quatro sessões, o evento abordou os temas do desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental, tripé que sustenta a nova agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovido pela ONU.

Segundo Fortunati, os governantes locais trabalham com demanda da sociedade por mais e melhores serviços e, ao mesmo tempo, com a queda de financiamento e desigualdade na arrecadação tributária. “Podemos ter boas ideias, bons propósitos e excelentes projetos, mas se não tivermos fontes de financiamento, que ajudem a retirar do papel e a colocar no dia a dia da sociedade, nós ficaremos simplesmente com boas intenções, sem mudarmos a vida

das pessoas, especialmente daquelas que mais precisam das políticas públicas”, falou o prefeito da capital gaúcha, que participou da sessão “Governança e Financiamento”,

No âmbito das mudanças climáticas, a vice-prefeita de Salvador fez uma intervenção durante a sessão. “As alterações climáticas, de descarbonização profunda e com emissões zero e superação das cidades”. Célia contou que a capital baiana vive uma “profunda mudança climática, que tem abalado a realidade dos cidadãos na cidade”.

Convites

Dando continuidade ao posicionamento de Sua Santidade na Encíclica Laudato Si, tida como uma encíclica social, lançada em 18 de junho, o papa Francisco buscou apoio de prefeitos para tornar mais concreta a relação entre os poderes e a fragilidade do planeta. Pensados de forma estratégica, os convites para esta agenda partiram do Vaticano, que constituiu o grupo de governantes locais, com a proposta de influenciarem os governos centrais

para tomada de decisões audaciosas na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21), em dezembro deste ano, que ocorrerá em Paris (França).

Por ser o atual presidente da FNP, entidade municipalista brasileira que representa as maiores cidades do país, Marcio Lacerda esteve entre os governantes locais convidados para contribuir com os debates. Apesar de não ter podido participar, o prefeito Eduardo Paes foi convidado, especialmente por ser presidente do C40. Os demais prefeitos brasileiros foram escolhidos de acordo com suas atuações perante o tema das mudanças climáticas e da questão social.

Transmissão pela internet

Diante da importância da pauta, o Vaticano transmitiu pela internet, em tempo real, os dois dias de agenda. Tanto o workshop, com a participação do Papa Francisco, quanto o simpósio foram gravados e estão disponíveis no canal do Vaticano no Youtube (Servizio Internet Vaticano). ■



Prefeitos brasileiros convidam o Papa para o IV EMDS

Ainda no Vaticano, prefeitos brasileiros que participaram das agendas convidaram o papa Francisco para participar do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). O convite foi entregue oficialmente, no dia 22 de julho, ao monsenhor Marcelo Sánchez Sorondo.

Realizado pela FNP, em parceria com o Sebrae, o EMDS propõe debates muito afinados com a encíclica Laudato Si, lançada em 18 de junho, pelo papa Francisco, que norteou a agenda dos prefeitos no Vaticano. A quarta edição do evento ocorrerá em abril de 2017, em Brasília (DF).

Reunião Preparatória - Em reunião, no dia 15 de julho, com o Núncio Apostólico no Brasil, dom Giovanni d' Aniello, o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, alinhou informações sobre a viagem da comitiva de prefeitos brasileiros ao Vaticano e o convite para o Papa participar do EMDS.



Prefeitos firmam compromisso histórico

Durante a missão ao Vaticano, prefeitos brasileiros assinaram documento em que se comprometem em contribuir para minimizar os efeitos das mudanças climáticas provocadas pelo homem, a exclusão social e a pobreza extrema. O documento, “Escravidão Moderna

e Alterações Climáticas: O compromisso das cidades”, reconhece o papel fundamental das cidades como protagonistas no enfrentamento dos desafios apontados pelo papa Francisco.

O conteúdo do documento deve auxiliar nos debates em torno dos desafios climáticos

que serão realizados durante a COP21, em Paris. Os prefeitos brasileiros entregaram também uma declaração reafirmando que o momento mundial “requer a conquista de consciências e uma mudança que não é apenas tecnológica, mas de concepção da forma de viver”.



Solange Souza/FNP

Escravidão moderna e alterações climáticas: o compromisso das cidades

Os assinantes abaixo se reuniram na Pontifícia Academia de Ciências e Ciências Sociais a fim de abordar duas urgências dramáticas correlacionadas: a mudança climática induzida pelo ser humano, a exclusão social nas formas extremas de radical pobreza, a escravidão moderna e o tráfico humano. Juntamo-nos a partir de diversas culturas e diferentes estilos de vida, sob o reflexo do desejo compartilhado por toda a humanidade de paz, felicidade, prosperidade, justiça e sustentabilidade ambiental. Baseado na encíclica “Laudato Si”, tem-se considerado esmagadora a evidência científica que comprova a real existência da mudança climática causada pelos seres humanos, a perda da biodiversidade e a vulnerabilidade dos pobres aos desastres econômicos, sociais e ambientais.

Em face das emergências atribuíveis à mudança climática induzida pelo homem, à exclusão social e a pobreza extrema, nos unimos para declarar o seguinte:

A mudança climática induzida pelo ser humano é uma realidade cientificamente comprovada, e seu controle efetivo é uma obrigação moral que vem a atingir toda a humanidade.

Nesta temática de valor moral, cidades em todo o mundo desempenham um papel fundamental. Todas as nossas tradições culturais

defendem a dignidade inerente e a responsabilidade social de cada indivíduo e o bem comum de toda a humanidade. Elas confirmam a beleza, as maravilhas e a elevada benevolência do mundo natural,

A mudança climática induzida pelo ser humano é uma realidade cientificamente comprovada, e seu controle efetivo é uma obrigação moral que vem a atingir toda a humanidade.

e sustenta que é ele um presente suntuoso, confiado ao nosso cuidado comum, tornando-o nosso dever moral de respeitar, e de não devastar este jardim que é a nossa “casa comum”.

Apesar de estarem minimamente envolvidos com as variações conturbadas do clima, os pobres e os excluídos enfrentam as terríveis ameaças das mudanças climáticas causadas pelo homem, tais como secas mais frequentes, tempestades, ondas de calor extremas e elevação crescente dos níveis dos mares.

Hoje em dia, todo o mundo tem os instrumentos tecnológicos, os recursos financeiros e o conhecimento necessários para rever-

ter a alteração climática causada pelos seres humanos, enquanto exterminam, ao mesmo tempo, a pobreza extrema, através da implementação de soluções para o desenvolvimento sustentável, incluindo a inserção de sistemas de baixo teor de carbono, graças ao suporte de tecnologia da informação e comunicação.

Iniciativas de financiamento para o desenvolvimento sustentável, incluindo o efetivo controle de mudanças induzidas pelos seres humanos, deveriam ser conduzidas por meio de novos incentivos através do decurso de baixas emissões de gás carbônico e energias renováveis, incorporada à busca incessante por acordos de paz, que também serão capazes de promover mudanças no financiamento público, detrimento dos gastos militares, e priorização dos investimentos sustentáveis.

O mundo deve atentar-se de que a cúpula do clima em Paris desse último ano (COP21) pode ser a última oportunidade efetiva de negociar acordos que mantenham o aquecimento induzido pelo homem abaixo dos 2° C, e que têm como objetivo fazê-lo permanecer bem abaixo dos 2° C para a segurança, ainda que a presente marca possa atingir um devastador 4° C ou superior.

Os líderes políticos de todos os Estados Membros da ONU têm

uma especial responsabilidade em concordar na COP21 com um ousado limite de acordo sobre o clima, restringe o aquecimento global a um limite seguro para a humanidade, ao mesmo tempo em que protege os pobres e os vulneráveis da mudança climática em curso que põe em perigo suas vidas, gravemente. Os países desenvolvidos devem ajudar a financiar os custos do abrandamento das alterações climáticas em países de baixa renda como já prometeram fazer.

O agravamento das alterações climáticas exigirá uma rápida transformação para um mundo alimentado por energia renovável e de baixo nível carbônico, e a gestão sustentável dos ecossistemas. Essas transformações deverão ser realizadas no contexto de objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis globalmente acordados, relacionados à erradicação da pobreza

Queremos que as nossas cidades e os assentamentos urbanos tornem-se cada vez mais inclusivos, seguros, fortes e sustentáveis

extrema; garantindo o acesso universal aos cuidados de saúde, educação de qualidade, água potável e energia sustentável; cooperando para acabar com o tráfico de pessoas e com todas as formas modernas

de escravidão.

Como prefeitos, nos comprometemos a construir em nossas cidades e assentamentos urbanos, a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade e reduzir as suas excessivas exposições aos eventos relacionados com o clima e a outros choques e desastres de ordens econômicas, sociais e ambientais, que fomentam o tráfico humano e a perigosa migração forçada.

Ao mesmo tempo, nos comprometemos a acabar com os abusos, a exploração, o tráfico e com todas as formas de escravidão moderna, que são crimes contra a humanidade, incluindo o trabalho e a prostituição forçados, o tráfico de órgãos, e a servidão doméstica; com o desenvolvimento de programas nacionais de reinstalação e reintegração que evitem a repatriação involuntária de pessoas traficadas (cf. revisão do PASS dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, nº 16.2.).

Queremos que as nossas cidades e os assentamentos urbanos tornem-se cada vez mais inclusivos, seguros, fortes e sustentáveis (cf. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, nº 11). Todos os setores e os interessados devem fazer a sua parte, uma promessa que nós nos comprometemos mediante as nossas capacidades como prefeitos e indivíduos. ■



Declaração dos Prefeitos Brasileiros

Nós, prefeitos brasileiros presentes no encontro “Escravidão Moderna e Mudanças Climáticas: o Compromisso das Cidades”, saudamos e agradecemos esta importante iniciativa do Papa Francisco de sensibilizar o mundo para os problemas relacionados às mudanças climáticas, ao flagelo da pobreza e da exclusão social, às formas atuais de trabalho escravo e convocar uma mobilização de todos, independentemente de suas crenças pessoais e convicções políticas, para enfrentarmos este momento crítico da história da humanidade em todas suas dimensões.

Declaramos nossa identidade com os princípios da “ecologia integral” enunciados na Carta Encíclica “Laudato Si”, e nosso compromisso em atuar, enquanto cidadãos do mundo e prefeitos do Brasil, na substituição de paradigmas para enfrentar as mudanças climáticas, na busca de melhores condições de vida para todos, especialmente para os mais pobres.

É com essa motivação que realizamos, a cada dois anos, o maior evento sobre sustentabilidade urbana do Brasil, o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, que reúne milhares de governantes, parlamentares, gestores, acadêmicos e estudantes para construir cidades melhores.

Temos uma trajetória de luta pela afirmação de direitos, que no âmbito urbano e de seus desafios estruturantes obteve importantes avanços com a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Estatuto da Cidade.

Nesse mesmo sentido também temos implementado políticas para garantir água potável, saneamento básico, educação de qualidade, moradia digna, saúde, mobilidade urbana e manejo dos resíduos sólidos, em especial para as populações mais carentes. Essas ações combinadas já resgataram da pobreza extrema mais de 36 milhões de brasileiros no campo e nas cidades. Sabemos, no entanto, que apesar de contarmos com marcos regulatórios nacionais estruturantes desses temas, ainda enfrentamos diversas insuficiências.

A dificuldade na construção de um acordo internacional entre os chefes de

Estado que contemple diretrizes mais audaciosas e efetivas no enfrentamento às mudanças climáticas já tem reflexos na piora da qualidade de vida das pessoas, em especial dos mais pobres. Essa situação coloca em risco os avanços conquistados no enfrentamento da miséria e das desigualdades nas últimas décadas, refletindo-se no dia-a-dia das cidades que governamos.

Em sintonia com a Encíclica “Laudato Si”, reconhecemos a urgência de atender as necessidades dos mais pobres. Para enfrentar esse injusto cenário de desigualdades, os 5.570 prefeitos brasileiros estão empreendendo esforços para que os excluídos possam superar a situação de vulnerabilidade. São políticas públicas estratégicas de inclusão social abrangendo educação, saúde, habitação, saneamento, transporte público, geração de renda, emprego, empreendedorismo e cooperativismo.

Reconhecemos também a responsabilidade dos governos locais em contribuir com a reversão da atual crise climática global. Há prefeitos brasileiros adotando metas para desatrelar o desenvolvimento das cidades do aumento de emissões de Gases de Efeito Estufa em seus territórios e nos padrões de produção e consumo. E, sabendo que esses esforços iniciais ainda são insuficientes, trabalharemos para incorporar a visão do desenvolvimento urbano de baixo carbono e resiliente às mudanças climáticas nos planejamentos das cidades brasileiras.

Cientes de que as mudanças climáticas são um desafio global, pleiteamos que os governos nacionais, e em especial o governo brasileiro, envide esforços na construção de acordos na cúpula do clima (COP21) em Paris, no final deste ano, que mantenham o aquecimento global induzido pelo homem abaixo de 2°C, e tenham como objetivo avançar para níveis mais seguros.

Globalmente, como estratégia para enfrentar esse cenário desastroso, propomos a transferência de recursos e tecnologias dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, em especial aos mais pobres, e diretamente às cidades, visto que os primeiros são os que historicamente mais consomem

recursos naturais e contribuem para o agravamento das mudanças climáticas.

Diante disso, reivindicamos ainda o reconhecimento, pela Organização das Nações Unidas (ONU), dos governos locais como atores fundamentais na promoção da sustentabilidade global e do desenvolvimento humano.

Atendendo ao chamado da Encíclica, reconhecemos que o momento é de extrema gravidade e requer a conquista de consciências e uma mudança que não é apenas tecnológica, mas de concepção da forma de viver.

Engajados na promoção da “ecologia integral” em nossos territórios, trabalharemos ainda mais motivados pelo reconhecimento, engajamento e empoderamento dos governos locais e subnacionais, com a contribuição dos diversos setores e segmentos da sociedade civil, em um acordo climático global ambicioso na COP21, por meio do Mapa do Caminho dos Governos Locais pelo Clima.

Dispomos, ainda, a sensibilizar e mobilizar cada vez mais prefeitos para essa agenda, fortalecendo o trabalho em rede, em especial junto a Frente Nacional de Prefeitos (FNP); a Rede MercoCidades no âmbito do Mercosul; e a Rede Metropolis; Alianza Euro-latinoamericana de Cooperación entre Ciudades (AL-LAS); Cities Climate Leadership Group (C40); Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), e Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI) em âmbito global. Buscaremos também promover a integração das agendas internacionais nos territórios por meio das alianças e fóruns que debatem e constroem os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21) e a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III).

Roma, 21 de Julho de 2015.

Marcio Lacerda – Prefeito de Belo Horizonte (MG) e Presidente da FNP / Fernando Haddad – Prefeito de São Paulo (SP) / ACM Neto – Prefeito de Salvador (BA) / Gustavo Fruet – Prefeito de Curitiba (PR) / José Fortunati – Porto Alegre (RS) / Paulo Garcia – Prefeito de Goiânia (GO) ■



Vaticano - Divulgação

O papa ouve as cidades

*Artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo em 20 de julho de 2015

O convite para que sete prefeitos brasileiros da diretoria da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) participem de seminário no Vaticano, ao lado de outros 53 governantes locais de 29 países, comprova o alinhamento do papa Francisco com o necessário “empoderamento” dos governos locais, especialmente diante da pouca eficácia dos governos em oferecer respostas efetivas e urgentes para questões globais, como as mudanças climáticas.

Este, portanto, é um momento ímpar, e a demonstração clara de que existe um consenso sobre a relevância dos prefeitos não só na discussão dos problemas globais mas também na operacionalização das suas soluções.

Uma oportunidade de reunir líderes mais próximos da população, independentemente de suas crenças ou convicções ideológicas, para auxiliar na construção de diretrizes concretas para a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21), que ocorre em dezembro, em Paris.

Atendendo a esse chamado, os prefeitos brasileiros reafirmarão seu compromisso de atuar no enfrentamento das mudanças climáticas e na busca de melhores condições de vida para todos, especialmente os mais pobres. Alinhada com esses desafios, a FNP realiza, a cada dois anos, o maior evento sobre sustentabilidade urbana do Brasil, o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, que reúne governantes, parlamentares, gestores, acadêmicos e estudantes.

Também em sintonia com a encíclica “Laudato Si”, que afirma que nas “questões relacionadas com o meio ambiente e com o desenvolvimento econômico já não se pode olhar apenas a partir das di-

ferenças entre os países, mas exige que se preste atenção às políticas nacionais e locais”, que os prefeitos tem enfrentado o injusto cenário de desigualdades sociais e econômicas.

São ações para que os mais pobres possam superar a situação de vulnerabilidade por meio da oferta de políticas públicas de inclusão social, abrangendo educação, saúde, habitação, saneamento, transporte público, geração de renda, emprego e empreendedorismo.

É necessária, portanto, a construção de acordos internacionais que contemplem diretrizes mais audaciosas e efetivas no enfrentamento às mudanças climáticas, que já têm se refletido em piora da qualidade de vida das pessoas, principalmente dos mais pobres, colocando em risco avanços conquistados no combate à miséria.

Para tanto, os prefeitos propõem a transferência de recursos e tecnologias dos países que mais consomem recursos naturais e mais contribuem para o agravamento dessas questões aos países mais pobres e, também, diretamente às cidades.

Por isso é fundamental que os prefeitos estejam atentos e presentes na COP21 para reivindicar a construção de acordos entre os chefes de Estado, que mantenham o aquecimento global induzido pelo homem abaixo de 2°C.

Não há dúvidas de que o momento requer atenção e mobilização. Os prefeitos brasileiros, atuando em rede, estão prontos a ajudar na superação dessa situação de extrema gravidade, que requer a conquista de consciências e uma mudança que não é apenas tecnológica, mas de concepção da forma de viver.

MARCIO LACERDA, 69, prefeito de Belo Horizonte, é presidente da FNP ■



Declarações dos participantes da audiência com o Papa

Para incentivar os 60 prefeitos a lutarem contra a escravidão moderna e buscarem soluções para os outros desafios enfrentados pelas cidades, o workshop “Escravidão Moderna e Mudanças Climáticas: o Compromisso das Cidades”, no dia 21 de julho, foi aberto

com o depoimento das jovens mexicanas Karla Jacinto, vítima de escravidão sexual e Ana Laura Pérez, vítima de trabalho forçado. Em seguida, foram ouvidas as declarações dos governantes locais sobre a necessidade de mudança.



“Temos que mudar nosso estilo de vida.”

Anne Hidalgo
Prefeita de Paris/França



“O Papa não nos convidou a ratificar o status quo, mas para acabar com ele.”

Bill de Blasio
Prefeito de Nova Iorque/EUA



“A escravidão ainda existe em nossas cidades, incluindo aqui em Roma.”

Ignazio Marino
Prefeito de Roma/Itália

“Existe um elemento de irreversibilidade que exige de nós imaginar lá na frente, e reagir. Mas, no meio desse problema, nós encontramos forte oposição e uma inércia cega, e essa oposição é muito bem financiada.”

Jerry Brown
Governador da Califórnia/EUA



“Se queremos evitar o terrível crime da escravidão sexual, precisamos refletir com sinceridade sobre suas causas.”

Manuela Carmena
Prefeita de Madri/Espanha



“Essa mudança de paradigma é uma revolução e implica derrotar e prender grandes potências econômicas.”

Gustavo Petro
Prefeito de Bogotá/Colômbia



“Queremos viver melhor, queremos viver em dignidade, queremos trabalho digno e abrigo para nossas famílias; nós queremos um desenvolvimento sustentável, sem exclusão e pobreza extrema.”

Mónica Fein
Prefeita de Rosário/Argentina

“Dirigindo-se ambos estes fenômeno, as alterações climáticas e a escravidão moderna, é uma tarefa hercúlea para nós como administradores da cidade.”

Tony Chammany
Prefeito de Kochi/Índia



“Tornamo-nos um aviso a todos os outros que negligência e degradação do ambiente têm consequências”

Mitchell Landrieu
Prefeito de Nova Orleans/EUA



Presidente da C40, Eduardo Paes, foi o primeiro convidado brasileiro para missão ao Vaticano

O prefeito do Rio de Janeiro (RJ), Eduardo Paes, presidente do C40, grupo que reúne líderes das grandes cidades do mundo para decidir e adotar medidas contra as mudanças climáticas, foi o primeiro prefeito brasileiro convidado pelo papa Francisco para participar das

reuniões no Vaticano. Desde 2014, Paes, que também é vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional da FNP, atua como presidente do C40, sucedendo o então prefeito de Nova Iorque, Michael R. Bloomberg. Por comandar o C40, Paes estará entre os líderes na

Conferência Mundial do Clima (COP 21), que ocorrerá no final deste ano e terá como missão reunir esforços para contenção das emissões de gases do efeito estufa. Nas reuniões no Vaticano, o C40 foi representado pelo assessor especial, Rodrigo Rosa.



Prefeitos brasileiros contribuem com os debates

“ A maior expectativa é que daqui para frente as cidades sejam reconhecidas como protagonistas nessas discussões, eu penso que seria o avanço mais importante. Esta missão foi uma oportunidade ímpar de contribuir nas discussões da questão da sustentabilidade, da redução da pobreza e do papel dos prefeitos e das cidades nessa luta. Temos um Papa municipalista e o reconhecimento internacional de que é nas cidades que as políticas públicas acontecem.

Marcio Lacerda

Prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP



“ Sem o enfrentamento dos problemas da fome, da miséria e da escravidão moderna, não há como tratar da preservação do planeta. Os prefeitos estão envolvidos na questão da salvação do planeta, com ações de mobilidade, da emissão de gases, dos resíduos sólidos ou até mesmo da iluminação pública, com a utilização de modernas lâmpadas que economizam energia. Mas antes de tratar dos efeitos do aquecimento global é preciso tratar do aquecimento local.

Fernando Haddad

Prefeito de São Paulo (SP) e vice-presidente Nacional da FNP



“ Foi fundamental o compromisso que os prefeitos assumiram com a sustentabilidade, com a defesa do meio ambiente, com a preservação da nossa natureza, mas, acima de tudo, com práticas de inclusão social e de respeito aos direitos humanos. Se por um lado o papa Francisco tem esse apelo global, por outro, as práticas públicas acontecem nas cidades. É ali que no dia a dia de fato a gente pode transformar a vida da sociedade, por isso é fundamental essa integração geral dos prefeitos.

ACM Neto

Prefeito de Salvador (BA) e 2º secretário da FNP



“ É um fato inédito o Vaticano estar realizando um evento com prefeitos. Para nós do Brasil foi muito importante já que a cada dia se dá um protagonismo aos municípios, a cada dia se entende a pressão e o aumento da demanda sobre as contas municipais e a necessidade de se rever a relação e a redistribuição de competências e principalmente de receitas, destacando que as soluções locais têm demonstrado uma resposta muito mais rápida e eficiente para a população.

Gustavo Fruet

Prefeito de Curitiba (PR) e vice-presidente de Urbanismo e Licenciamento da FNP



“ O encontro dos prefeitos com o Papa foi de um significado muito importante. Pela primeira vez são convidados numa audiência formal, onde uma Encíclica foi amplamente debatida, mas especialmente pelo significado da própria Encíclica no que diz respeito a vida nas cidades. O papa Francisco deixou muito claro que os gestores públicos municipais tem uma tarefa fundamental para realmente tentar mudar a chamada ecologia humana, na sustentabilidade ambiental e nas questões sociais.

José Fortunati

Prefeito de Porto Alegre (RS) e vice-presidente de Relações Institucionais da FNP



“ O que o papa Francisco propõe na Encíclica é, na verdade, algo em pequena monta, que na nossa gestão local, em Goiânia, nós propusemos. O nosso plano de governo com desenvolvimento sustentável que não significa só a abordagem da vertente ambiental, que é um dos tripés de sustentação do Desenvolvimento Sustentável, mas, principalmente, a promoção da qualidade de vida das nossas comunidades locais, das nossas comunidades urbanas.

Paulo Garcia

Prefeito de Goiânia (GO) e vice-presidente Estadual da FNP (Goiás)



ICLEI participa de reunião no Vaticano

A rede Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI) foi uma das instituições que participaram ativamente da agenda no Vaticano. O presidente do ICLEI, prefeito de Seul, Park Won-soon, não pode participar dos eventos, mas encaminhou

vídeo com posicionamento sobre os temas.

Para a secretária executiva do ICLEI, Jussara Carvalho, o encontro foi um momento histórico. “Vivemos um momento sem precedentes. Ao mesmo tempo em que a crise climática vem pro-

duzindo catástrofes anunciadas que se sucedem, com a perda de milhares de vidas, deslocamentos de grandes contingentes de pessoas, o chamado do Papa se alinha à luta do ICLEI e das redes de cidades do mundo”.



Lacerda e Haddad participam de reunião com parlamentares italianos

Divulgação



Itália tem parlamentares eleitos por comunidade brasileira

Com o objetivo de estreitar o relacionamento Brasil-Itália, os prefeitos de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, e de São Paulo (SP), Fernando Haddad, vice-presidente, estiveram reunidos com membros do parlamento Italiano. A reunião, que contou com a participação da vice-presidente do Parlamento da Itália, Marina Serene, ocorreu no dia 20 de julho, em Roma (Itália).

O deputado Fabio Porta e o senador Fausto Guilherme Longo, escolhidos pela comunidade de italianos na América do Sul para representá-los na Itália, também estiveram presentes na audiência, que abordou temas como o bom relacionamento entre os poderes executivo e legislativo, além de a preservação sustentável do planeta.

“O prefeito é o dirigente político

mais próximo do cidadão, por esta razão a solução necessariamente passará pelos governos municipais. Trata-se de uma questão mais comportamental do que efetiva”, disse Haddad.

Além de Porta e Longo, os italianos na América Latina contam com outra brasileira para representá-los, a deputada Renata Bueno, que foi vereadora em Curitiba (PR) ■

Prefeitos contam com sanção presidencial para o equilíbrio fiscal

Em conversa com o ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, pediu apoio para a sanção de normatizações importantes para o equilíbrio fiscal dos municípios brasileiros.

Mercadante afirmou que, até o dia 5 de agosto, a presidente Dilma Rousseff deve sancionar, sem vetos, o projeto de lei complementar (PLP) 37/2015, em que consta a renegociação da dívida dos municípios com a união e a autorização do uso de depósitos judiciais e administrativos para pagamento de dívidas estaduais e municipais.

Durante o contato com o ministro, o presidente da FNP aproveitou para reforçar a importância da instituição de uma mesa federativa plena e propôs a criação de uma agenda com o governo federal para avaliar a pauta legislativa. Lacerda destacou, ainda, a construção de grupos de trabalho para promover encaminhamentos sobre os desafios federativos.

Dívida dos Municípios com a União

Aprovada no plenário da Câmara dos Deputados, no dia 30 de junho, a renegociação das dívidas é pauta antiga na FNP. A aprovação do projeto representa uma importante vitória da entidade para cerca de 180 municípios brasileiros, que enfrentam o cenário de pagar parcelas sem ver o saldo devedor diminuir.

De acordo com uma das emendas ao projeto, a União terá até o dia 31 de janeiro de 2016 para assinar com os municípios os aditivos contratuais. Após esse prazo, o devedor poderá recolher o montante devido com a aplicação do novo indexador.

A renegociação das dívidas vem sendo tema de debates e reuniões recorrentes da FNP. No dia 17 de junho, mais de 40 prefeitos trataram da pauta com os presidentes da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha e do Senado Federal, Renan Calheiros.

Recorte Populacional

81 dos municípios beneficiados

têm mais de 100 mil habitantes, e 99, têm até 100 mil habitantes. Na divisão por Estados, a maior concentração de municípios está em Minas Gerais, com 53 cidades (29%), em segundo lugar está o Estado de São Paulo, com 51 (28%), seguido de Santa Catarina, com 20 (11%).

Nove capitais também têm dívida com a União, são elas: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Belo Horizonte (BH), Recife (PE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Cuiabá (MT) e Vitória (ES).

Depósitos Judiciais

No caso dos depósitos judiciais, o PLP 37/2015 autoriza estados e municípios a utilizarem os depósitos judiciais e administrativos para pagar, por ordem de preferência, precatórios, dívida pública, investimentos e despesas previdenciárias. A emenda, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), autoriza a utilização de 70% dos recursos de processos nos quais municípios ou estados sejam partes ■

Cooperação Brasil-Moçambique é destacada no Vaticano

O prefeito de Matola (Moçambique), Calisto Cossa, foi um dos governantes locais da delegação africana que participou, dia 21 de julho, no Vaticano, do workshop “Escravidão Moderna e Mudanças Climáticas: o Compromisso das Cidades”. No encontro, Cossa destacou a importância da democracia participativa e da inclusão social para o desenvolvimento das cidades, promovidas pela cooperação descentralizada Brasil-Moçambique. “Matola desenvolveu uma cooperação com o Brasil muito importante. Gostaria de agradecer às cidades de Porto Alegre (RS), Canoas (RS) e Guarulhos (SP), que contribuíram para a construção do nosso orçamento participativo”, declarou o prefeito.

Mahamudo Amurane, prefeito da cidade moçambicana de Nampula, também participou do encontro e falou dos efeitos dos assentamentos informais de populações sobre o ambiente e da pobreza, que acaba por gerar novas formas de escravidão.

O projeto Cooperação Internacional Descentralizada Brasil-Moçambique tem o objetivo de promover a melhoria nas capacidades institucionais e consolidação de autoridades locais e redes como atores de colaboração internacional.

Ex-presidente da FNP toma posse na Sudene



Ascom Sudene

Cerimônia ocorreu no dia 28 de julho, em Recife (PE)

João Paulo Lima, ex-presidente da FNP, é o novo superintendente da Sudene. A posse, dia 28 de julho, na sede da autarquia, contou com a presença do Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, dos governadores de Pernambuco, Paulo Câmara, da Paraíba, Ricardo Coutinho e do Ceará, Camilo Santana. Também participaram da cerimônia os vices governadores da Bahia, João Leão, e do Piauí, Margarete Coelho.

“A retomada do crescimento do Brasil, na última década, beneficiou, em maior escala, as regiões mais pobres, diminuindo, na mesma proporção, as desigualdades regionais e sociais. Entre 2003 e 2011, o PIB brasileiro aumentou 41% em termos reais, enquanto o nordeste 46%, acima da média do país, ampliando seu peso na geração da renda nacional”, declarou João Paulo na ocasião.

O fortalecimento e a ampliação da articulação política para supe-

rar os grandes desafios da região nordeste foram destacados por João Paulo como os compromissos da sua gestão. Para o novo superintendente, “pensar a Sudene é também assumir o compromisso com a valorização do planejamento, com forte alicerce da sociedade e uma visão múltipla, integrada e sustentável de desenvolvimento. Será a partir dessa diretriz que vamos criar o Plano de Desenvolvimento Regional”.

FNP na Sudene

João Paulo Lima, ex-prefeito de Recife (PE), durante seu mandato de presidente da FNP (2005/2008), representou a entidade no Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. Atualmente, a representação está a cargo do prefeito de Fortaleza (CE), vice-presidente de Saúde da FNP, Roberto Cláudio Bezerra ■

Mais de 63 milhões de pessoas atendidas nos dois anos do Mais Médicos

Há dois anos foi implantado o programa capaz de ampliar o atendimento na atenção básica de saúde do país, trata-se do Programa Mais Médicos para o Brasil, que já está em 4.058 municípios brasileiros. Uma grande reivindicação dos prefeitos e

prefeitas, iniciada pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), reuniu mais de 4 mil assinaturas na Campanha “Cadê o Médico?”, que explicitou a carência generalizada de médicos entre os municípios brasileiros, principalmente na periferia de grandes cidades e municí-

pios do interior do país. Além da ampliação do atendimento, um eixo do programa prevê medidas relativas à expansão e reestruturação da formação médica no país. A previsão é que

até 2017 sejam criadas 11,5 mil novas vagas de graduação em medicina e 12,4 mil vagas de residência médica para formação de especialistas até 2018 com o foco na valorização da Atenção Básica e outras áreas prioritárias para

o Sistema Único de Saúde (SUS). Já foram autorizadas 4.460 novas vagas de graduação, sendo 1.343 em instituições públicas e 3.117 em instituições privadas, além da seleção de 39 municípios para criação de novos cursos. Em 2014, o governo federal autorizou 2.822 novas vagas de residência.

I Seminário sobre a Saúde nos Municípios Brasileiros

Com a presença do então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, a FNP realizou seminário, em junho, para discutir e identificar os problemas comuns. Foi um momento importante para elaborar medidas objetivas para melhorar a gestão da saúde pública nos municípios.



2013

28 a 30 de janeiro Campanha “Cadê o Médico?”

Campanha reivindicava a contratação imediata de mais médicos para a saúde pública brasileira. Em apenas três dias de ação, o movimento alcançou a marca de 4600 assinaturas e conseguiu a adesão de dezenas de entidades municipalistas de todo o país. Mais de 2500 prefeitos assinaram o documento.

2013

31 de janeiro Abaixo-assinado é entregue ao ministro da Saúde

Após a realização da campanha, que ocorreu durante o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, realizado em Brasília, a FNP, sob a presidência do então prefeito de Vitória (ES), João Coser, entrega o abaixo-assinado ao também então ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

2013

4 de fevereiro Inicia a Petição Pública Eletrônica

A petição amplia a participação popular no movimento e registra cerca de 2 mil assinaturas.

23 de abril II EMDS

Presidente Dilma Rousseff manifesta-se favoravelmente à reivindicação dos prefeitos por mais médicos

2013



Fotos FNP

2013



8 de julho

É lançado o Programa Mais Médicos para o Brasil

2015

O g100 e o Programa

114 municípios compõe o g100 85 são atendidos pelo programa, com 688 vagas autorizadas e 647 preenchidas. Dentre eles, Salvador (82), Nova Iguaçu (46), Aparecida de Goiânia (27), São João do Meriti (25), Ananindeua (22) e Caucaia (21), todos situados em grandes regiões metropolitanas.

2015

Dois anos de Programa

63 milhões de brasileiros atendidos pelo Programa 18.240 médicos a mais para atender à população pelo Sistema Único de Saúde 4.058 municípios atendidos, o que corresponde a 72,8% das cidades brasileiras, além de 34 distritos sanitários especiais indígenas (DSEI).

Seminário debateu a falta de médicos nas cidades

Além da Campanha “Cadê o Médico?”, realizada de 28 a 30 de janeiro de 2013, durante o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, a FNP também realizou o I Seminário sobre a Saúde nos Municípios Brasileiros, no ano de 2012, em Vitória (ES), para discutir os principais desafios da pasta entre os municípios brasileiros. O encontro, que contou com a participação de prefeitos e prefeitas, secretários municipais de Saúde e do então ministro da Saúde Alexandre Padilha, reforçou a importância da demanda entre os municípios.



Hoje, o Mais Médicos não se consolida apenas pelo provimento emergencial de médicos. Há um investimento de reforma, ampliação, construção em mais de 26 mil Unidades Básicas de Saúde, mas, efetivamente, a proposta estruturante é que vai permitir que no futuro nós possamos ter equilíbrio e a quantidade de médicos necessária para atender no Brasil. Portanto, essa data de dois anos do programa marca a consolidação do Mais Médicos como uma política de Estado, que procura enfrentar com estratégias de curto, médio e longo prazos.

Ministro da Saúde, Arthur Chioro

Tocha Olímpica percorrerá 300 cidades brasileiras



Doze mil pessoas conduzirão Tocha Olímpica no Brasil

No dia 3 de julho foi realizada a cerimônia de lançamento da Rota do Revezamento da Tocha Olímpica Rio 2016, em Brasília (DF). A solenidade contou com a participação da presidente da República, Dilma Rousseff, do ministro do Turismo, Henrique Alves, do prefeito do Rio de Janeiro (RJ), Eduardo Paes,

vice-presidente da FNP de Relações com o Congresso Nacional, do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, entre outras autoridades e atletas.

Durante 100 dias antes dos Jogos Olímpicos Rio 2016, cerca de 300 cidades dos 26 estados e o Distrito Federal, incluindo todas as capi-

tais brasileiras irão receber a tocha olímpica. Serão 12 mil condutores da tocha que percorrerá 20 mil km por terra e 16 mil km de avião. Após percorrer todas as cidades, a tocha chega ao Maracanã, no Rio de Janeiro, iniciando os Jogos Olímpicos Rio 2016 e mantendo-se acesa até o fim do evento ■

ODS serão lançados em Assembleia Geral da ONU

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), serão apresentados em Nova Iorque, durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O

encontro será realizado dia 25 de setembro, quando será celebrado o 70º aniversário da organização.

A definição dos 17 objetivos e 169 metas que serão lançados na ocasião é fruto de discussões promovidas ao longo de 13 sessões, entre março de 2013 e julho de 2014, no âmbito de Grupo de Trabalho Aberto, formado por 70 países membros da Assem-

bleia Geral. O Brasil participou de todas as sessões, em assento compartilhado com a Nicarágua. Uma comissão formada por representantes dos países membros vai sugerir os indicadores que irão monitorar a implementação dos objetivos em nível global. A definição dos indicadores está prevista para o início de 2016.

Novo acordo sobre mudanças climáticas é pauta da COP21

Em dezembro, Paris (França) recebe a 21ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21). Com os debates que serão promovidos, a expectativa é que se chegue a um acordo global sobre o tema para entrar em vigor em 2020. Esse novo documento deverá substituir o Protocolo de Kyoto, de 1997, considerado superficial nos resultados alcançados.

Líderes dos 196 países integrantes da ONU estão sendo aguardados



para as discussões sobre mudanças climáticas. A construção de diretrizes concretas para a Conferência foi pauta da agenda no Vaticano, dias

21 e 22 de julho, que resultou no reconhecimento do protagonismo dos governantes locais nas questões do desenvolvimento sustentável ■

União, sociedade civil e FNP debatem ações que envolvam o Mercosul



Dudu Colombo representa a FNP nos eventos em Brasília

O vice-presidente de Regiões Fronteiriças da FNP e prefeito de Bagé (RS), Dudu Colombo, esteve em Brasília (DF), no dia 16 de julho, participando das agendas da Cúpula Social do Mercosul e da 16ª Reunião Plenária do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR).

A 18ª edição da Cúpula Social do Mercosul, trouxe como tema “Avançar no Mercosul com mais Integração, mais Direitos, mais Participação”. O prefeito participou da mesa “Integração Fronteira” e apresentou um histórico das questões de faixa de fronteira no Brasil, desde o início das cidades, passando pelo período do Regime Militar até a fase da redemocratização.

Destacou ainda a criação do núcleo de desenvolvimento de faixa de fronteira. “A cada dois anos os prefeitos de cidades de fronteira se reúnem em Brasília, debatem e elaboram um documento, que é entregue posteriormente aos poderes Executivo e Legislativo, pedindo a revisão das leis de fronteira, que são defasadas. Por conta disso, vivemos em uma barreira legal que impede o nosso avanço”, destacou o prefeito.

FCCR

A necessidade de integrar municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos à estrutura institucional do Mercado Comum do Sul (Mercosul), gerou o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), no âmbito do Governo Federal, que promoveu seu 16º encontro no dia 16, em Brasília.

O encontro foi aberto pelo vice-presidente da República, Michel Temer, que falou da importância do protagonismo dos governos municipais e estaduais na construção direta do Mercosul como atores efetivos. O evento contou com a participação do subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Olavo Noleto, com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, além de prefeitos, governadores e delegações internacionais.

“A presença do vice-presidente da República, Michel Temer, na 16ª Reunião Plenária do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, serviu para que pudéssemos ter uma panorâmica da relação dos Governos Nacionais no processo de integração do Mercosul”, destacou o prefeito Dudu Colombo ■

Desenvolvimento econômico local será debatido na Itália

Turim, na Itália, sedia, de 13 a 16 de outubro, o III Fórum Mundial do Desenvolvimento Econômico Local. O objetivo é facilitar o diálogo e o intercâmbio entre atores locais, nacionais e internacionais sobre a eficácia e impacto do de-

envolvimento econômico local frente aos desafios contemporâneos.

A segunda edição do Fórum, realizada em 2013, em Foz do Iguaçu (PR), reuniu cerca de 3 mil pessoas, entre autoridades e representantes de mais de 60 países.